

ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DOS TRABALHOS POSTERIORES À LEI N. 13.509/2017

Sandrielle Cristina de Assis¹

Francieli Lunelli Santos²

RESUMO: O trabalho tem como tema adoção e o direito garantido que a genitora tem a entregar seu filho abordando questões legais e aspectos sociais. O principal objetivo, tendo por base um levantamento bibliográfico, é analisar o número de pesquisas e os principais trabalhos sobre a temática entrega voluntária dentro da base de dados Google Acadêmico. Trabalhos esses produzidos posteriormente à vigência da Lei n. 13.509 de 2017, que assegura a toda genitora o direito de entregar seu filho pela chamada “Entrega Voluntária”, sem que recaia sobre ela qualquer pena ou constrangimento. Além disso, discorre-se sobre o processo da adoção por entrega voluntária no Brasil, a partir da análise de projetos de entrega voluntária desenvolvidos por órgãos competentes. Sendo uma pesquisa bibliográfica, através da plataforma do Google Acadêmico de abordagem qualitativa, Conclui-se que a temática ainda é muito pouco pesquisada, sendo assim necessita de mais de pesquisas referente ao tema

PALAVRAS-CHAVE: Entrega voluntária para adoção. Entrega Legal. Levantamento bibliográfico. Estado da arte.

INTRODUÇÃO

Adoção é um ato voluntário, no qual a (s) pessoa (s) que pretende (m) adotar busca (m) ingressar no Cadastro Nacional da Adoção (CNA³) para dar início ao processo. Em consulta ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA⁴) no atual contexto, o total de pretendentes habilitados atualmente é 32.622⁵. Esse

¹ Acadêmica do 8º. período do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Santa Amélia (UNISECAL).

² Orientadora. Doutora e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Docente no Curso de Bacharelado em Serviço Social (UNISECAL).

³ “Cadastro Nacional de adoção é um sistema de informações, hospedado nos servidores do CNJ que visa colaborar com os juizes das varas de infância e da juventude no cruzamento de dados e localização de pretendentes para adotar crianças aptas à adoção”. (BARANOSKI, 2016, p. 162).

⁴ Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursrel&select=clearall>.

Acesso em 27 out. 2022.

⁵ Dado coletado em 27 out. 2022.

número é do país inteiro, e o total de crianças e adolescentes disponíveis para adoção é 4.268. Por esses dados, pode-se perceber que a diferença é considerável, por isso é de extrema relevância para área do Serviço Social identificar o contexto dessa discrepância entre esses dados dentro do processo de adoção. A Constituição Federal de 1988 foi promulgada para que crianças e adolescentes possuíssem direitos em nossa sociedade.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL,1988)

Sendo assim é de extrema importância que essa legislação seja respeitada e garantida. Outra conquista foi a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que diz em seu art. 1º “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” que têm como objetivo que as crianças e adolescentes sejam vistos como sujeitos de direito.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017).

Além do que está disposto no ECA, a Lei 13.509 de 2017 traz novas mudanças pontuadas algumas a seguir : § 1º A gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal. § 2º De posse do relatório, a autoridade judiciária poderá determinar o encaminhamento da gestante ou mãe, mediante sua expressa concordância, à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado. § 3º A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período. § 4º Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder

familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional. § 5º Após o nascimento da criança, a vontade da mãe ou de ambos os genitores, se houver pai registral ou pai indicado, deve ser manifestada na audiência a que se refere o § 1º do art. 166 desta Lei, garantido o sigilo sobre a entrega. (Brasil, 2017). Sendo assim é importante orientá-la a procurar os órgãos competentes, para que ela não seja submetida a nenhum tipo de constrangimento ou discriminação.

A fim de compreender os principais elementos que norteiam a temática elegida para o desenvolvimento desta pesquisa, evidencia-se o estado da arte sobre entrega voluntária em trabalhos produzidos no país após a criação da Lei n. 13.509/2017. Conforme se verá adiante, essa lei garante à mãe ou à gestante, o direito de entregar o filho em adoção, antes mesmo do nascimento da criança ou logo após. Nesse sentido, verificou-se a necessidade de analisar produções científicas sobre esse assunto, publicadas a partir de 2018.

De tal forma, confere-se destaque ao Estado da Arte sobre o tema. O estado da arte é de suma relevância, pois permite ao pesquisador construir um mapeamento dos trabalhos que já existem sobre o tema escolhido e realizar o embasamento que norteará essa pesquisa, sabendo que para o currículo profissional é muito importante realizar essas pesquisas, tanto para o pesquisador como para quem vai ler, pois a partir dessas pesquisas podemos ver a realidade que está nossa sociedade e a partir de então realizar mais políticas públicas.

A metodologia selecionada para a finalidade pretendida aqui foi a pesquisa bibliográfica. Além das bibliografias analisadas foram incorporados ao texto, dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Adoção e outros órgãos que permitiram identificar características da entrega voluntária no Brasil. Inicialmente realizou-se uma pesquisa na base Scielo, que resultou em 4 trabalhos, utilizando o descritor “entrega voluntária”, e nenhum deles tratava do tema em questão. Por isso, optou-se em utilizar a base Google Acadêmico, tendo como recorte temporal trabalhos publicados a partir do ano de 2018. Obteve-se mais de 15.400 resultados. Dentre esses resultados foram selecionados os trabalhos que abordavam “entrega voluntária”, a partir dos quais elaboraram-se duas tabelas: uma somente de artigos encontrados (2) e outra com trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações.

Importante destacar que foram encontrados mais trabalhos de conclusão de curso (10 no total) do que artigos, tese e dissertações. Assim, pode-se dizer que esse tema não tem sido amplamente discutido em pós-graduações, o que se evidencia pela ausência de trabalhos nesse sentido. Por outro lado, verifica-se que o tema suscita uma série de preconceitos e tabus que envolvem o papel da mulher na sociedade como mãe, o que será abordado adiante.

Assim, o questionamento central que motiva a presente pesquisa é: o que dizem as pesquisas referentes à entrega voluntária na base dados da Google Acadêmico, a partir de 2018, considerando possíveis mudanças produzidas pela Lei n. 13.509/2017?

O objetivo geral do trabalho é analisar as principais conclusões sobre as pesquisas encontradas e selecionadas dentro da temática eleita, dentro da base de dados Google acadêmico, a fim de compreender como o tema tem sido abordado pela literatura acadêmica. E os objetivos específicos são: 1) entender a importância do estado da arte para ciência brasileira. 2) compreender como funciona o Programa de Adoção no Cenário Brasileiro. 3) identificar as áreas de pesquisa dos trabalhos e as principais conclusões referentes à temática em questão.

A justificativa pela realização desse trabalho é apontar a importância de se estudar mais esse tema, identificar como é o processo e as dificuldades que ocorrem durante o processo da entrega. Durante os períodos iniciais da graduação realizou-se um trabalho na disciplina de Estatística sobre adoção tardia e, a partir desse trabalho interessou-se ainda mais sobre a temática para buscar maiores informações. Pela dificuldade em debater sobre o tema e pelos poucos trabalhos encontrados na área do Serviço Social foca-se em quebrar paradigmas da adoção e o preconceito que existem com a mãe (genitora).

O tema é bastante complexo e ao mesmo tempo importante, pois ele revela questões sociais⁶ existentes em nossa sociedade, e que muitas vezes não são debatidas e por isso são questões que devem ser sim posicionadas, buscando reflexões que permitam auxiliar a diminuir a espera daqueles que aguardam por crianças para serem adotadas, tendo em vista a situação familiar.

⁶ “Questão social” é a expressão das desigualdades e lutas sociais em suas múltiplas manifestações e todos os segmentos sociais envolvidos (trabalhadores e desprotegidos) são heterogêneos. (FARIAS, 2009).

De tal forma, o presente artigo está dividido em quatro seções, sendo que a primeira evidencia aspectos sobre o estado da arte e sua relevância nesta pesquisa, em um segundo momento, características da entrega voluntária no Brasil, detalhamento sobre o funcionamento do programa de entrega voluntária no cenário brasileiro, descrevendo os projetos encontrados⁷ e, por fim, apresentação das principais pesquisas referentes a temática de entrega voluntária.

2 METODOLOGIA

Os métodos científicos contemplados aqui são uma apresentação do caminho previamente escolhido nesta pesquisa. Eles vão direcionar o pesquisador em qual metodologia aplicar em sua pesquisa.

Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (MARCONI, 2021, p. 79).

Assim sendo a metodologia dessa pesquisa se destaca de natureza básica, de uma abordagem qualitativa, sendo ela, descritiva. Sendo realizada por uma pesquisa bibliográfica⁸ de recorte dos anos 2019, 2020, 2021, já existentes que abordam essa temática, além das bibliografias analisadas foram incorporados ao texto, dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Adoção e outros órgãos que permitiram identificar características da entrega voluntária no Brasil.

Inicialmente realizou-se uma pesquisa na base Scielo, que resultou em 4 trabalhos, utilizando o descritor “entrega voluntária”, e nenhum deles tratava do tema em questão. Após foi realizado uma pesquisa na base de Catálogos e Teses & Dissertações (CAPES) onde foram encontrados 3.526 resultados, sendo selecionados 12 entre eles, que abordavam “entrega voluntária”. Assim, pode-se

⁷Optou-se por buscar na internet projetos realizados no Brasil, através do Poder Judiciário, com destaque para Vara da Infância e Juventude. Foram encontrados dois projeto, um guia, e um programa. Alguns deles terão suas características apresentadas adiante.

⁸ “A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral.” (MARCONI, 2021.p.200).

dizer que esse tema, não tem sido discutido em pós-graduações, o que se evidencia pela ausência de trabalhos nesse sentido.

Por isso, optou-se em utilizar a base Google Acadêmico a partir do ano de 2018. Obteve-se mais de 15.400 resultados. Dentre esses resultados foram selecionados os trabalhos que abordavam “entrega voluntária”, a partir dos quais elaboraram-se duas tabelas: uma somente de artigos encontrados, outra com trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações. Importante destacar que foram encontrados mais trabalhos de conclusão de curso (10), do que artigos, teses e dissertações. Isso evidencia que há mais trabalhos na área de graduação do que em pós-graduação.

De acordo com Marcio Antonio Raiol dos Santos et al, “o Estado da Arte é uma metodologia que quantifica o número de pesquisas acadêmicas dentro do cenário brasileiro. Seu surgimento no Brasil chega por volta de 1980 primeiramente na área da educação” (2020, p. 205).

O Estado da Arte tem por base estabelecer um mapeamento de todos os trabalhos já existentes que o pesquisador pesquisará. É de extrema relevância realizar esse estado da arte quando se inicia uma pesquisa, ainda mais se ela for uma pesquisa bibliográfica. Estado da Arte é importante pois ele quantifica o número de pesquisas que estão sendo realizadas em um determinado momento, e assim vai contribuindo para outros repositórios, em que pesquisadores poderão buscar trabalhos, agregando novos saberes e contribuindo para divulgação da ciência em pesquisas futuras. Destaque ainda para o direcionamento que tal operação metodológica pode dar para a pesquisa.

Essa compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, afim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses. (SOARES, 1987, p. 3 *apud* NORMA, 2002, p. 259).

Entende-se que a temática inquirida nesta pesquisa é de suma relevância em ser pesquisada, qual seja o contexto da genitora por decidir entregar seu filho. Sendo assim, o trabalho tem natureza básica, descritiva do fenômeno, sendo uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa foi direcionada pela base de dados do Google acadêmico com os seguintes descritores: “Entrega voluntária para adoção”; “Entrega

Legal”. Este levantamento bibliográfico utilizou como filtro os anos de 2019, 2020 e 2021, que foi o período imediatamente antes e durante a pandemia COVID-19.

A partir da Lei 13.509 de 2017, que trata da Entrega Voluntária, se justifica o recorte temporal que antecede a pandemia de modo a verificar quais os impactos da produção legal em trabalhos acadêmicos existentes, considerando aqueles já citados, disponíveis através do Google Acadêmico.

3 APONTAMENTOS REFERENTES A SITUAÇÃO DAS MÃES/GENITORAS NO BRASIL E O PROCESSO DE ENTREGA LEGAL/ENTREGA VOLUNTÁRIA

O processo de adoção é de competência da Justiça Estadual, mais precisamente de uma vara especializada, Vara de Infância e Juventude (VIJ) (BARANOSKI,2016, p.158). Sendo assim a Vara da Infância e Juventude que vai atender a mãe/genitora que manifestar o desejo de realizar a entrega voluntária. Percebe que a mulher tem seu papel já estipulado através da sociedade capitalista, que institui o conceito da família. “ A família individual moderna foi fundada sobre a escravização doméstica aberta ou dissimulada da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais”. (ENGELS, 2018, p. 94). Pode-se dizer que a mulher, desde muito tempo, é imposta a ser uma boa mãe, carinhosa, afetuosa, prestimosa. Diz Motta (2015, p.39) “O mito do amor materno deixa nítida influência sobre a construção de estigmas em relação às mães que entregam seus filhos”. Mas nem toda mulher quer realizar esse desejo, pois tem outros planos para sua vida, e até mesmo por não ter condições financeiras, entre outros de criar essa criança. Conforme explica Badinter (1985, p. 19).

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal.

Quando se trata da situação da mãe/genitora é ainda mais complicado, pois não é somente o fato de ela entregar, mais sim de ela ser mulher e ter esse papel que é imposto a ela, que pela sociedade deveria ser cumprido.

Simone de Beauvoir sugere, em *O segundo sexo*, que “a gente não nasce mulher, torna-se mulher”¹². Para Beauvoir, o gênero é “construído”, mas há um agente implicado em sua formulação, um cogito que de algum modo assume ou se apropria desse gênero, podendo, em princípio, assumir algum outro. (BEAUVOIR, 1980 apud BUTLER, 2003, p. 16).

Sendo assim ainda contém muitos paradigmas presentes sobre a entrega. Segundo Motta (2015, p. 50) “O uso do termo “abandono”, livre de questionamentos, revela uma postura preconceituosa e paradoxal em relação à mãe que “desiste” de criar seu filho”. Sendo assim ela é questionada por tomar essa decisão de entregar seu filho, ela quebra esses papéis sociais historicamente atribuídos pelo patriarcado.⁹

A decisão de entregar um filho em adoção ou a ideia de fazê-lo pode ter vários significados, desde aceitar a impossibilidade de criá-lo, sua rejeição à criança ou aceitara frustração do amor e do desejo de maternar. Qualquer destas possibilidades questiona a descrição da mulher que entrega como equivalente de mãe má ou pessoa má, o que mais uma vez nos remete à necessidade de pesquisas para irmos além das concepções apriorísticas e até do preconceito. (MOTTA, 2015, p. 33)

Entretanto, é por estes motivos que se torna necessário orientar estas mulheres, a fim de auxiliá-las na melhor escolha e como devem proceder nesta situação, além disso o apoio psicológico é fundamental, uma vez que é necessário que a mulher nesta situação reflita sobre sua decisão e as consequências, até a decisão concreta. Ela é julgada e muitas das vezes vista como uma mulher sem coração, são visões dirigidas a ela por boa parte da sociedade.¹⁰

Muitas das vezes a mãe que decide por seu filho para a adoção é julgada e sofre inúmeros preconceitos da sociedade, além disso, a mulher que decide entregar o filho vive um luto que não pode ser expressado, ou seja, ela apenas é vista como uma pessoa má, sem ao menos ser ouvida para ter a chance de explicar os motivos que a levam a tomar esta decisão.

⁹ “Assim, podemos compreender que o patriarcado está ligado ao poder, devendo ser entendido também de modo político. Nesse sentido, quando falamos em patriarcado, também estamos falando sobre as relações de poder e de repressão de homens sobre as mulheres”. (MARONEZE,2021, p.165).

¹⁰ É possível citar o caso recente, que se tornou de conhecimento público através da mídia brasileira, da atriz que fez a opção pela entrega voluntária de uma gravidez, levada por ela até o final. Quando as informações, que deveriam ser confidenciais e sigilosas chegaram às redes sociais a atriz foi criticada, constrangida, julgada e ameaçada pelo público, quando seu direito à entrega deveria ter sido preservado como refere o texto da lei.

Sobre adoção no Brasil, “há um enorme debate em relação ao tema envolvido, pois é um processo que deve ser realizado com muita cautela, porém sua demora faz com que muitos optem ao desistir do processo” (AMORIM, 2021, p. 2). Trata-se de uma decisão que deve ser assumida com muita responsabilidade, sendo assim deve se dar uma orientação bem qualificada à genitora.

No Brasil somente o Poder Judiciário tem a legitimidade para declarar e constituir a filiação pela adoção. Não há possibilidade no ordenamento jurídico nacional da adoção sem a estatal, assim “para qualquer tipo de adoção, passou-se a exigir sentença constitutiva e efetiva assistência do Poder Público” (ROSSATO; LÉPORE, CUNHA, p.204, p.203 apud BARANOSKI, 2016, p. 157)

Além disso, o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) disponibiliza dados em livre acesso de forma on-line para que os pretendentes iniciem o processo de habilitação e se inscrevam, como também as crianças e adolescentes a serem adotados são inscritos, apenas de forma quantitativa, pois os dados específicos sobre cada uma das crianças são sigilosos e protegidos na forma da lei. Cada cidade possui uma Vara de Infância e Juventude, implementado um Serviço de Adoção e realizado todo um processo e preparação, seguindo âmbitos jurídicos. A mãe/genitora que decide entregar seu filho para adoção tanto em hospitais como em Unidades Básicas de Saúde (UBSs) é encaminhada para Vara de Infância e Juventude onde será ouvida e acompanhada pela equipe técnica (Juízes, Assistentes Sociais, Pedagogos, Psicólogos). A atuação do Assistente Social é de extrema relevância, no âmbito sócio jurídico.

O Assistente Social apresenta, predominantemente, objetivos e atividades relacionados à sua competência de oferecimento de subsídios para a decisão judicial por meio de estudo social e os de aconselhamento, orientação e acompanhamento (FÁVERO, 2011, p. 101 apud CUNHA, 2014, p. 44)

Tanto como o Assistente Social e outros profissionais devem orientar e oferecer possibilidades para que ela decida da melhor forma se permanecerá ou não com a criança, lembrando que esses profissionais não devem ter uma posição pré-definida, sendo assim devem manter o sigilo profissional, seguindo o código de ética de cada profissão. Após toda orientação e acompanhamento psicológico, é realizado uma audiência para que finalmente seja tomada a decisão, após ela decidir entregar

a criança é encaminhada para casa de acolhimento, e após ela não poderá obter mais informações sobre a criança.

4 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ENTREGA VOLUNTÁRIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Nesta seção apresentam-se dois programas, um guia, e um projeto, os quais se teve acesso através da internet. Seus aspectos mais relevantes serão descritos a seguir.

4.1 “O Judiciário e as interlocuções com a rede sobre a adoção - Programa Entrega Consciente, Poder judiciário do Estado do Paraná comarca de Francisco Beltrão”, Paraná (PR)

O Judiciário e as interlocuções com a rede sobre a adoção - Programa Entrega Consciente, Poder judiciário do Estado do Paraná comarca de Francisco Beltrão, Paraná (PR). O objetivo deste programa é promover discussão com os profissionais da área de saúde ou outros profissionais envolvidos do Município de Francisco Beltrão acerca dos procedimentos legais de adoção e entrega voluntária por mães doadoras. Também são apresentados os motivos que levam elas a entregar. O programa demonstra a importância da qualificação dos profissionais, visando garantir um processo de orientação, escuta, acolhida, e encaminhamentos adequados às gestantes. A metodologia utilizada é organizar grupos de até 25 pessoas, entre eles profissionais de saúde, educação que atuam direta ou indiretamente no atendimento a gestantes, família e crianças, aonde é realizada reunião devidamente agendada com os profissionais, através de palestras com intuito de orientar os profissionais de como proceder quando é um caso de entrega voluntária, e quais são as atuações corretas que os profissionais devem seguir visando a garantia do direito da mãe, aonde é explicado a importância de uma boa orientação e acolhida, sem julgamentos, e dar a orientação de algum caso entrar em contato imediatamente ao Poder Judiciário.

4.2 “Guia de Orientação aos Profissionais da Rede de atendimento”, Belém (PA)

O Guia é destinado à Rede de Atendimento que assiste gestantes ou mulheres que manifestem interesse em entregar o filho recém-nascidos à adoção. O objetivo do guia é nortear as ações dos Órgãos do Sistema de Garantias dos Direitos das Crianças e Adolescentes, de maneira a assegurar o Direito à vida e a saúde da criança e a atenção humanizada à mãe ou gestante, nos termos da Constituição Federal e do ECA e demais normas e regulamentos pertinentes. O guia cita a Declaração Universal de Direitos Humanos, e também como o “mito do amor materno” que reproduz em sociedade, a concepção de que a mulher nasceu para ser mãe, e caso não seja ela é condenada por isso, imposições estas que são imputadas às mulheres. O guia é dividido em 2 partes, e ele inicia dando uma orientação aos profissionais, como atuar perante essa demanda, relata possíveis perguntas, e responde muito bem elaborado, também tem um fluxograma para melhor compreensão, tem o modelo de encaminhamento, declaração de entrega voluntária, manifestação do Sigilo, relatório.

4.3 “Programa Entrega Legal, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)”

O programa visa dar mais visibilidade e acolhimento das mulheres gestantes, que apresentam o desejo de entregar seu bebê para adoção após o nascimento. Tem por objetivo conscientizar a sociedade sobre a legalidade da entrega das crianças pelos seus genitores à Justiça da Infância e da Juventude. O Programa pontua e destaca a Constituição Federal, trazendo os artigos que tratam sobre a entrega, as Leis que marcam sobre a entrega legal, assim quem for ler vai compreender que está garantido por Lei, e que entregando não estará cometendo nenhum crime.

4.4 Projeto: “Entrega de Forma Legal é proteger”, Rio de Janeiro (RJ)

O entregar de forma legal é Proteger é um projeto da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso (CEVIJ) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e tem como objetivo conscientizar a sociedade, no que tange a entrega de crianças por parte de seus genitores à justiça da Infância e Juventude com auxílio de assistentes sociais, profissionais de saúde e entre outros órgãos. O projeto explica como é realizado essa entrega, os motivos que levam a genitora a doar, aborda os artigos que se

refere a entrega legal e finaliza respondendo perguntas que geralmente são dúvidas que existem.

Através da consulta a esses projetos e programas e guias percebe-se que todos tratam sobre o tema da Entrega Voluntária, que visa buscar dar orientação tanto para mães/genitoras como para os profissionais, e assim dar mais importância e visibilidade ao tema.

5 PRINCIPAIS PESQUISAS REFERENTES A TEMÁTICA DE ENTREGA VOLUNTÁRIA

Conforme indicado anteriormente os trabalhos encontrados foi através da plataforma, do Google Acadêmico pela palavra-chave” Entrega voluntária para adoção” aonde foi realizado um filtro a partir do ano de 2018, aonde obteve 15.400, onde-se realizou uma seleção que resultou em 10 trabalhos selecionados pelo título ,aonde se realizou a leitura do resumo de cada trabalho, aonde obteve após seguido de uma outra seleção resultando de 4 trabalhos, sendo que dois deles tratavam sobre o tema, mais não era artigos, e sim resumos, sendo assim não entraram na tabela, aonde resultou em 2 artigos para análise.

5.1 BUSCA PELO GOOGLE ACADÊMICO COM A PALAVRA-CHAVE: ENTREGA VOLUNTÁRIA PARA ADOÇÃO TABELA ARTIGO.

Ano	Autor(es)	Título	Periódico/Evento E Local Da Publicação	Categoria (Quanto Aos Resultados Descritos)	Área do Conhecimento.
2018	<p>Bruna de Moraes Santos.</p> <p>Denise Gabriella Dias da Silva.</p> <p>Francilene Laureano Moreira Krzisch.</p> <p>Jeanie Maria Tomazelli Amorim.</p> <p>Marcos Emerson Krzish.</p> <p>Mariane Irinéia Alves.</p>	A Entrega Voluntária de crianças para adoção legal e a necessidade de serem realizadas campanhas com gestantes em situação de vulnerabilidade.	Revista do CEJUR/ TJSC: Prestação Jurisdicional.	Pontua sobre a importância de realizar campanhas para divulgação desse tema e relata o resultado da campanha realizada no município de Itajaí/SC	Direito

2019	<p>Emilly Marques Tenório.</p> <p>Filipe dos Santos Xavier.</p> <p>Mayara Paratella de Almeida.</p> <p>Vanessa Pessanha Menezes Gomes.</p> <p>Cristiane de Mesquita Silva.</p> <p>Victor Hugo da Silva Laís de Almeida Souza.</p>	Reflexões sobre o protagonismo da mulher na Entrega Voluntária de recém-nascidos/as.	16° (CBAS) Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em Brasília-Distrito Federal DF,2019.	Serviço Social Relações de Exploração/ Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexual.	Serviço Social

Fonte: Google Acadêmico. Organizado pela autora.

Bruna de Moraes Santos et al (2018) em seu artigo versam sobre a entrega voluntária de crianças para adoção legal e as campanhas realizadas no município de Itajaí/SC para estimular tal prática. A autora Santos et al começa abordando como se iniciou a adoção, perfil socioeconômico das genitoras, destaca que são abandonadas pelas políticas públicas e sociedade, um artigo bem objetivo e de fácil compreensão. A Metodologia utilizada pesquisa bibliográfica, foram analisados dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a entrega voluntária de crianças

em adoção em âmbito nacional, que possibilitou verificar que devem ser realizadas mais campanhas para conhecimento da sociedade sobre esse tema.

Já os outros autores, sendo a primeira autora Emilly Marques Tenório et al (2019) em seu artigo trazem uma reflexão sistematizada sobre a construção de atividade educativa acerca da entrega voluntária de recém-nascidos/as para adoção, autora tem como objetivo o ato de entregar, aonde é realizado material educativo para divulgação desse tema, aborda a relevância do tema, a autonomia da mulher sobre seu corpo, escolhas, decisões, e projetos de vida. A autora relatar quais caminhos percorreu e sua preparação do material, o que facilitou a interpretação do artigo de forma clara. A Metodologia utilizada estudos, e as experiências de outras regiões e o seminário sobre entrega voluntária. Conclui-se que essa pesquisa contribuiu para que haja uma quebra da estrutura patriarcal que é imposta em nossa sociedade.

No próximo subitem desta pesquisa, serão apresentados os trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado encontrados através da internet pela plataforma Google Acadêmico sendo pelo filtro a partir do ano de 2018, pela palavra-chave “ Entrega voluntária para adoção” aonde resultou em 15.400, sendo selecionado 17 trabalhos pelo título, após foi realizada a leitura do resumo de cada um, aonde obteve 7 que foram excluídos pois não se tratavam objetivamente sobre o tema proposto, que resultou em 10 trabalhos selecionados para análise.

5.2 BUSCA PELO GOOGLE ACADÊMICO COM A PALAVRA-CHAVE: ENTREGA VOLUNTÁRIA PARA ADOÇÃO, TABELA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/ DISSERTAÇÃO/TESE

Ano	Autor	Título	Programa De Pós-Graduação E Instituição	Área do Conhecimento	Tipo	Categoria (Quanto Aos Resultados Descritos)
2018	Kátia Regina Bazzano da Silva	A voz das mães que entregam o bebê em adoção	Universidade Católica Dom Bosco-UCDB	Psicologia	Tese	Pontua todos o histórico da adoção, bem detalhamento e

	Rosi.					suas Leis, e relata entrevista realizada com genitoras
2018	Thalita Aparecida Duarte Vieira.	A lei 13.509/2017 defronte o princípio da proteção integral da criança e do adolescente	Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO Curso de graduação em Direito	Direito	TCC	Essa pesquisa descreve sobre a Lei 13.509/2017 que traz novas alterações no ECA.
2018	Bianca Cesário de Oliveira.	O parto anônimo e seu impacto no Direito Penal.	Digital Library USP	Direito	Dissertação de Mestrado.	Relata sobre o início de todas as leis que tratam sobre a adoção, e sobre a maternidade.
2019	Denise Sousa Andrade	Entrega legal de crianças para adoção.	O Repositório Institucional do Centro Universitário FAMETRO - UNIFAMETRO	Direito	TCC	Pontua sobre as legislações existentes, sobre a entrega legal.
2019	Ana Luiza Ribeiro Alves.	A espera por adoção de crianças e adolescentes afastados judicialmente da família: aplicabilidade da lei 13.509/2017 na 1ª vara da infância e juventude de João Pessoa/PB	Repositório Institucional da UFPB	Direito	TCC	Relata sobre a Lei 13.509/2017, e a proteção da criança e adolescente, histórico da adoção, comenta sobre o poder familiar, e a demora da espera por adoção.
2020	Milena Ataíde Maciel.	Da entrega à adoção: sentidos de maternidade compartilhados por profissionais.	ATTENA Repositório digital da UFPE.	Psicologia	TESE	Relata sobre a roda do expostos, traz apontamentos sobre a maternidade, família, abandono, o

						papel da equipe, realizado uma análise documental dos processos
2020	Brenda Teixeira Nascimento.	Entrega protegida para adoção.	Adelpha Repositório Digital	Direito	TCC	Pontua sobre as Leis existentes, e sobre a Lei 13.509/2017, e o histórico da adoção.
2020	Resine-te Linhares do Nascimento.	“Você sabia que se isso acontecesse você estaria sozinha”: da violência de gênero intrafamiliar no processo de entrega de filhos em adoção.	Repositório Institucional UFRN.	Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	TCC	Pontua sobre a violência que a mulher sofre, e também na família.
2021	Ana Carolina Rodrigues Meireles	Serviço Social e o processo de institucionalização para a adoção de crianças no hospital e maternidade Dona Iris.	Repositório Acadêmico da Graduação (RAG) TCC Serviço Social	Serviço Social	TCC	Atuação do Assistente Social nesse contexto da institucionalização.
2022	Jéssica Pinheiro Nunes.	O mito do amor materno: uma análise psicossocial da estigmatização de mulheres que optam por entregar seus bebês para adoção.	Repositório Institucional do Centro Universitário UNDB	Psicologia	TCC	Percurso histórico da roda do expostos no Brasil, mito do amor materno, maternagem, e sobre os motivos, que levaram a essa mulher optar sobre a entrega voluntária

Fonte: Google Acadêmico. Organizado pela autora

6 ANÁLISE DOS TRABALHOS DA TABELA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, TESE E DISSERTAÇÃO.

O Trabalho com o título A voz das mães que entregam o bebê em adoção, é uma Tese defendida pela autora Kátia (2019). Pontua sobre o histórico da adoção, bem como o detalhamento e suas Leis e relata entrevista realizada com genitoras e tais resultados bem evidenciados. Já a autora Thalita (2018) escreveu trabalho de Conclusão de Curso: A lei 13.509/2017 defronte o princípio da proteção integral da criança e do adolescente. O presente trabalho versa sobre a Lei 13.509/2017, aponta sobre o histórico das Leis, e principalmente sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e traz apontamentos referente a família e o estado. Bianca (2018) de autoria de uma Dissertação de mestrado com o título: O parto anônimo e seu impacto no direito penal, relata sobre o início de todas as leis que tratam sobre a adoção, e sobre a maternidade. Denise(2019) em seu trabalho, traz apontamentos sobre a adoção a brasileira, roda do exposto, e do abandono, e da destituição do poder familiar. A demora na fila da adoção é algo que requer paciência e a autora Ana Luiza (2019) relata sobre isso em seu trabalho e sobre a Lei 13.509/2017, e a destituição do poder familiar. Já na Tese defendida da entrega à adoção: sentidos de maternidade compartilhados por profissionais, pela autora Milena (2020) a autora relata sobre a roda do exposto, traz apontamentos sobre a maternidade, família, abandono, o papel da equipe, realizado uma análise documental dos processos. Outro trabalho que fala da roda do exposto é da autora Brenda (2020) que é de uma pesquisa bibliográfica, que é realizado através de artigos, cartilhas, livros, pontua sobre as Leis existentes, e sobre a Lei 13.509/2017, e suas modificações. Rosinete (2020) em seu trabalho, relata sobre a questão do patriarcado, e como ele ainda influencia até hoje, ocorrendo violências no âmbito familiar, e quando a mulher decide entregar seu filho, essas violências também acabam ocorrendo, sendo a pesquisa bibliográfica e coleta de dados de entrevista semiestruturada da autora. Ana Carolina (2021) autora em seu trabalho sobre a atuação dos assistentes sociais no processo de institucionalização de bebês entre por seus genitores, além de apresentar os instrumentais utilizados na institucionalização como escuta qualificada, observação, entrevista social, entre outros, traz apontamentos e as expressões da questão social, desigualdades sociais, e relata sobre a Lei 13.509 de

2009 e por final traz o programa entrega legal do juizado da infância e juventude da comarca de Goiânia. Jéssica Pinheiro (2022) em seu trabalho um percurso histórico da roda dos expostos no Brasil, mito do amor materno, maternagem, e sobre os motivos, que levaram a essa mulher optar sobre a entrega voluntária.

As principais pesquisas são: Maria Antonieta Pisano Motta, autora do livro intitulado “Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção” (2015), relata sobre o abandono e a falta de diálogo, portanto, compreende-se que esse livro possa de alguma maneira instruir em aspectos relevantes ao trabalho, pois a autora aborda questões sobre o histórico do papel da mulher em nossa sociedade e entrevista algumas mulheres, na qual aborda questões da entrega, o que elas esperam futuramente e relatam como são tratadas pelos profissionais das Instituições que permanecem, como são vistas e como é realizado a entrega ao poder judiciário.

Laura Cristina Santos Damásio de Oliveira é a autora de uma Dissertação na área de Psicologia referente ao tema: “A Mãe que entrega um filho em adoção: desvelando dores, preconceitos, e possibilidades de ressignificações” (2016). Essa obra aborda em sua pesquisa o relato de uma entrevista com três genitoras, aonde foi desvelando os aspectos que foi decisório para decidir a entrega, as suas dores ao entregar seu filho e a espera de um dia encontrá-lo, carrega dores e traumas, pontua como a genitora sofre com o preconceito e seus paradigmas durante e após entrega. Conclui-se que o papel que é imposto nas mulheres em nossa sociedade é de que ela cumpra com seus deveres como “boa esposa”, sendo assim quando não cumprem esse padrão são apedrejadas, autora aborda a questão da dificuldade de encontrar mulheres para as entrevistas, pois por medo, vergonha e julgamentos, muitas acabam escondendo, por isso a autora finaliza que é importante ser divulgado mais esse tema.

Ana Lucia Oliveira Ramos, Michelle Cavalli são autoras de um artigo: “Entrega Voluntária em adoção: algumas reflexões a partir da Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro” (2020) refletem sobre as demandas que chegam à Vara da Infância e Juventude daquela cidade paulista; faz um histórico da adoção no Brasil, relata sobre o mito do amor materno e os estereótipos expostos, sobre a maternidade, sendo assim a equipe realiza os registros dos registrar os

atendimentos, das mulheres que manifestem o desejo de entregar, além das informações fornecidas para que a genitora tenha amparo.

Emily Marques Tenório, Filipe dos Santos Xavier, Mayara Paratella de Almeida, Vanessa Pessanha Menezes Gomes, Cristiane de Mesquita Silva, Victor Hugo da Silva, Laís de Almeida Souza produziram esse artigo: “Reflexões sobre o protagonismo da mulher na entrega voluntária de recém-nascidos/as” (2019). Os autores abordam a percepção a partir da genitora, elaboração de cartilha para divulgar esse tema, bem como o papel da orientação e capacitação dos servidores são fundamentais, fortalecer fluxos da rede de atendimentos, para que a genitora entregue de forma legal e se sinta segura para isso. Conclui-se a relevância do tema, questiona a estrutura patriarcal que deve ser repensado, para que a autonomia da mulher seja recuperada.

Jéssica Ferreira Martins “A idealização da criança em adoção pelos adotantes e a perspectiva de rompimento da mesma a partir da aproximação com a realidade empírica” (2014). A autora desse trabalho começa abordando o histórico de adoção no Brasil, após ela vai pontuando sobre o processo de início de cada legislação, como ocorreu, e suas mudanças ao longo do tempo, o trabalho têm por objetivo geral compreender como se dá o processo de trabalho pelo grupo de preparação à adoção do serviço auxiliar da infância de Ponta Grossa,(SAI), no decorrer da pesquisa a autora destaca como é realizado o grupo, temas, dias, e sua finalidade que é a orientação dos adotantes, mostrando a realidade e fazendo que reflitam, Pontua fala dos casais sobre determinados assuntos , perfil da criança desejada, sua expectativa, sua idealização, e conclui que falta mais trabalhos relacionados a essa temática, e a importância do grupo, mais mesmo assim muitos casais não mudam seu posicionamento em relação ao perfil desejado.

Por fim, um dos principais trabalhos que respaldam esta pesquisa é o de Silvia Emanuele Almeida, que é a autora da pesquisa realizada junto à Vara da Infância e Juventude, cujo título é: “Eu quero e eu posso entregar: reflexões acerca do direito das mulheres de entregar o filho para adoção” (2021). Esta, portanto, é uma das referências mais relevantes sobre o tema, de onde vem essa demanda maior, destaca do papel da mulher em nossa sociedade, suas definições, histórico da adoção, roda dos expostos, enfatiza sobre o Programa de Entrega Consciente, como é atuação dos profissionais, como ocorre o processo de entrega. Conclui-se

como é importante esse Programa da Entrega Consciente, e a formação dos profissionais, e despertar o interesse de novos estagiários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com vistas a divulgar e assegurar o direito da mãe/genitora entregar seu filho, conclui-se que na área do Serviço Social é pouquíssimo trabalho que se tem, e a área que mais estuda esse tema é a psicologia. Neste trabalho houve 2 teses que são da área da psicologia, sendo assim pode-se perceber por haver uma linha de investigar os motivos que levam a mãe/genitora entregar e suas consequências futuras.

Pode-se perceber que a temática ainda é muito pouco pesquisada, quando se trata em artigos, teses, e dissertações, sendo assim é percebido que na literatura acadêmica é realizado mais pesquisas em Trabalho de Conclusão de Curso.

Os trabalhos que foram analisados mostraram bem evidentes sobre a questão da Roda dos expostos, que foi um marco na história da adoção, questão da Maternidade, do ser mulher, da questão socioeconômica que é um dos que influência para decisão da entrega, foram realizados entrevista, aonde é evidenciado o luto da dor da entrega, suas consequências após a entrega, e a esperança de um dia encontrar seu filho, e os preconceitos existentes quando ela decide entregar, aonde abordaram sobre as leis existentes, e a última Lei 13.509/2017 que contribuí na entrega voluntária.

Analisando todo o contexto falta divulgação sobre esse tema, muitas pessoas por não saberem que é um direito da mãe/ genitora entregar e também a criança que acabam subjugando sem saber os reais motivos, e a falta de capacitação dos profissionais que tem contato com a mãe/genitora, para que atendam de forma acolhedora essa decisão, além disso falta mais inserção do estado nessa temática, e políticas públicas que possam contribuir para que essa realidade possa mudar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. E. **Eu quero e eu posso entregar: reflexões acerca do direito das mulheres de entregar o filho para adoção.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR. 2021. BRASIL.

ALVES.A.L.R. **Espera por adoção de crianças e adolescentes afastados judicialmente da família: aplicabilidade da lei 13.509/2017 na 1ª vara da infância e juventude de João pessoa/pb.** 2019.55f. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade federal da paraíba – UFPB, João Pessoa, 2019.

AMORIM, Natália Dias; CARVALHO, Jô de. **A morosidade do processo de adoção.** Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas, Ipatinga, MG, Brasil, v. 1, n. 2 (2021). Disponível em: <http://fadipa.educacao.ws/ojs-2.3.3-3/index.php/cjuridicas/article/view/409>. Acesso em: 03 out 2022.

ANDRADE, Denise, Souza. **Entrega legal de crianças para adoção.**2019. Trabalho de Conclusão de Curso Direito do Centro Universitário Fametro-Unifametro, Fortaleza, 2019.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1985. Disponível em: https://rblh.fiocruz.br/sites/rblh.fiocruz.br/files/usuario/80/30_um_amor_conquistado_o_mito_do_amor_materno_-_elisabeth_badinter.pdf. Acesso em: 22 março.2022.

BARANOSKI, Maria Cristina Rauch. **A adoção em relações homoafetivas.** Ponta Grossa, Editora: UEPG,2016.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BRASIL (2009). Lei nº 12.010, de 29 de julho de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2009.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm. Acesso em: 21 out.2022.

BRASIL (2017). Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. (Promulgação de partes vetadas) dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm. Acesso em 21 de out. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 13.509, de 22 de Novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, DF, 16 jul.1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 02 out 2021.

BRASIL. Ministério Público do Paraná. **Lei da entrega voluntária para adoção benéfica crianças e mães biológicas**. 2021. Disponível em: <https://mppr.mp.br/2021/01/23315,10/Lei-da-entrega-voluntaria-para-adocao-beneficia-criancas-e-maes-biologicas.html>. Acesso em: 19 jun.2022.

BRASIL. Poder Judiciário do Rio de Janeiro. Projeto: “Entregar de Forma Legal é Proteger”. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/web/portal-da-infancia-e-juventude/adocao/projeto-entregar-de-forma-legal-e-proteger>. Acesso em: 03 out. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O Programa Entrega Legal. 2019. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/acoes-e-programas/entregalegal.htm#.YztO1HZvIU>. Acesso em: 03 out 2022.

BUTLER. Judith. “**Prefácio**” e “**Capítulo 1 – Sujeitos do sexo / gênero /desejo**” in **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003 – 1ª Edição. Tradução de Renato Aguiar. CECILIO, M.S.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M.A. Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. Estudos de Psicologia, v. 21, n. 4, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/jcrQ3qhNTNF8NNbyh3F6HQN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 out 2022.

CUNHA, I. S. **O papel do assistente social judiciário frente às novas regras de adoção**. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Faculdade Cearense, Fortaleza, 2014.

ENGELS. Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Boitempo.março.2019.

FERREIRA, S.A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsychSBW4xJT48FrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 abri.2022.

MACIEL. M.A. **Da entrega à adoção: sentidos de maternidade compartilhados por profissionais**. 2020.188f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2020.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Atualização da edição João Bosco Medeiros - 9. ed. - São Paulo: Atlas 202.

MARONEZE.A.R. **Patriarcado, desigualdade de gênero e violência: o papel da mulher na sociedade contemporânea**. Coisas do Gênero, São Leopoldo, v 7, n 1, p.162-176. Jan-Jun.2021. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/genero>. Acesso em: 27 out.2022.

MARTINS, J.F. **A idealização em adoção pelos adotantes e a perspectiva de rompimento da mesma a partir da aproximação com a realidade empírica**. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR. 2014. BRASIL

MEIRELES. A.C.R. **Serviço social e o processo de institucionalização para a adoção de crianças no hospital e maternidade dona íris**. 2021. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2021.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez, 2015.

NASCIMENTO, Rosinete Linhares do. **“Você sabia que se isso acontecesse você estaria sozinha”**: da violência de gênero intrafamiliar no processo de entrega de filhos em adoção. 2020. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

NASCIMENTO, B.T. **Entrega protegida para adoção**. 2020.29 f. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2020.

NUNES, J.P. **O Mito do Amor Materno: uma análise psicossocial da estigmatização de mulheres que optam por entregar seus bebês para adoção**. São Luís: Centro Universitário UNDB, 2022.

OLIVEIRA, B.C. **O parto anônimo e seu impacto no direito penal**. 2018.33f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo. São Paulo.2018.

OLIVEIRA, L.C.S.D. **A mãe que entrega seu filho em adoção: desvelando dores, preconceitos e possibilidades de ressignificações**. 2016. 180f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

PACKER, Abel Laerte. **SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica**. Brasília, v. 27, n. 2, p. 109-121, maio/ago. 1998. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/PACKER-A.L.-et-al.-SciELO-uma-metodologia.pdf>. Acesso em: 24.abr. 2022.

PINHEIRO, L. I.F.; DIAS, G.O. **Questão Social: um conceito revisitado**. Contribuciones a las Ciencias Sociales. 2009. Disponível em: www.eumed.net/rev/cccss/03/fpod.htm. Acesso em: 11 mar.2022.

RAMOS, A.L.O.; CAVALLI, M. **Entrega Voluntária em Adoção: algumas reflexões a partir da Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro. Processos de Subjetivação no Serviço Social**. Atena.2020. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/35684>. Acesso em: 05 dez. 2021.

ROSI, K.R.B.S. **A voz das mães que entregam o bebê em adoção**.2018.226f. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade Católica dom bosco-ucdb, Campo Grande-MS, 2018.

SANTOS, B. de M.; PATZLAFF, D. G. D. da S.; KRZISCH, F. L. M.; AMORIM, J. M. T.; KRZISCH, M. E.; ALVES, M. I. **A entrega voluntária de crianças para adoção legal e a necessidade de serem realizadas campanhas com gestantes em situação de vulnerabilidade**. Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional, Florianópolis (SC).

SANTOS.M.A.R.; SANTOS.C.A.F.; SERIQUE.N.S. **Estado da Arte: Aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos.** Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo SP, v.8, nº 17, p 202-220. ago.2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/215>. Acesso: 19 jun.2022.

TENORIO, E.M.; XAVIER, F. dos S.; ALMEIDA, M.P de. **Reflexões sobre o protagonismo da mulher na entrega voluntária de recém-nascidos/as.** Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, v. 16. n. 1. 2019. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1569>. Acesso em: 05 dez. 2021.

VIEIRA.T. A. D. **A 13.509/2017 defronte o princípio da proteção integral da criança e do adolescente.** 2018. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso- Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – Unileão, Juazeiro do Norte, 2018.